

## O PODER JUDICIÁRIO E O PT<sup>1</sup>

Deusedith Brasil (\*)

Eu pensei que há mais de 20 anos da queda do Muro de Berlim os soldados de “doutrinas exóticas”, inteiramente superadas pela pós-modernidade, estivessem se educado e aceito que o Estado Democrático de Direito é o caminho de qualquer sociedade civilizada.

Enganei-me. Na linha do Presidente da República, que considerou o mensalão uma tentativa do golpe da oposição, o que foi declarado depois de o STF haver recebido a denúncia contra os quarenta mensaleiros, vejo a Governadora, eleita democraticamente, reunir o seu partido e atacar ferozmente o TJE porque, em votação quase unânime (21 a 1), aceitou pedido de intervenção e o encaminhou ao STF, que tem competência para examinar e decidir, em definitivo, a esse respeito.

Atacar uma decisão de um tribunal de golpista é intolerável. É uma violência contra a democracia. Ou não sabem bem o que é golpe ou agem deliberadamente para enganar o povo, visto que, em momento algum, indicaram um único argumento jurídico contra a decisão judicial.

Assusta e gera temor quando um partido, com o apoio de sua líder maior, declara que “O acolhimento do pedido de intervenção contra o governo do Estado é uma tentativa de golpe contra o Estado, contra a democracia e contra o povo do Pará.”

Querem banhar de sangue a democracia conquistada pelo povo e levar a crer que os conflitos sociais devem ser resolvidos pela violência?

O objetivo do partido dos trabalhadores não foi alcançado em razão da pronta, precisa, correta e tempestiva intervenção do Poder Judiciário em declarar, com ênfase, que aqui

---

<sup>1 1</sup> Sobre o artigo:

Artigo publicado no jornal “O Liberal”, na tiragem de 19.11.2009

O seu conteúdo é protegido pelas leis de direitos autorais

Publicado no site [www.deusedithbrasil.adv.br](http://www.deusedithbrasil.adv.br)

não é uma terra sem lei, e fez valer a Constituição Federal. Deixou evidente, depois de agredido grosseira e injustamente, que não permitirá o uso da força sem a sua autorização, bem como que neste Estado o uso da violência, a irresponsabilidade, a destruição da propriedade privada, muito menos o ‘desapreço às leis e o acintoso estímulo à desordem e à violência” não serão permitidos porque o povo do Pará “não mais tolera os métodos violentos dos que pretendem alcançar seus objetivos, sejam eles quais forem, através da implantação de um regime de terror e intimidação, à margem da Constituição e das Leis.”

E o Judiciário interveio a tempo, mas deixou antever que foi tolerante quando afirma que “não mais tolera ...”. Aqui não significa dizer que tolerou a violência. Ao contrário, em todo processo democrático, os conflitos podem – e devem – ser resolvidos, sempre que possível, pela negociação. E o Judiciário tentou. “Instituiu duas Comissões Interinstitucionais de Assessoramento para que fossem monitoradas as questões que envolvessem delitos oriundos da disputa de terras e a própria grilagem destas.”

O equilíbrio e a serenidade com que se houve o TJE foram interpretados pelos que preferem a anarquia à ordem, a violência à paz, à irracionalidade ao Direito, como fraqueza, mas se arrependeram. A resposta veio nos parâmetros – e as armas – do Estado democrático de direito. E deixou bastante elucidado que suas ordens serão respeitadas irrestritamente. O desrespeito às suas determinações não serão mais toleradas. Haverá a reação pronta e necessária que para o Direito e Justiça sejam o apanágio do Estado.

Para evidenciar que “anarquia, o banditismo e a insurreição” não são instrumentos de ação do PT, como deixou antever a manifestação do TJE, a Governadora Ana Júlia deve vir a público dizer, no mínimo, que respeita a decisão do TJE e que a nota do PT não

teve a sua aprovação, tudo com um pedido sinceras desculpas, sob pena de se entender que mesmo no apagão estava vendo tudo, mas preferiu não acender a luz da razão.